

JOSÉ ALMAÇA



Paulo Alexandre Coelho

Sobre o ISP

O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) é a autoridade responsável pela regulação e supervisão da actividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respectivas entidades gestoras e de mediação de seguros. Tem como missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e fundos de pensões, de forma a contribuir para a garantia de protecção dos tomadores de seguro, pessoas seguras, participantes e beneficiários. Nomeado em 2012 presidente do ISP, José Almaça é doutorado em Gestão e dedicou as últimas três décadas ao ensino, sendo autor de várias obras sobre o sector segurador. É professor catedrático de Gestão na Universidade Autónoma e foi membro do conselho Fiscal da Victoria Seguros.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL (ISP) comenta o impacto do Solvência II no mercado segurador e explica como o ISP está a ajudar as companhias na transposição das novas regras.

O Solvência II entra em vigor em Janeiro de 2016. Qual o papel do ISP neste contexto e qual o ponto de situação?

A participação do ISP reflecte-se em vertentes diversas. Tem vindo a participar nos trabalhos de construção do novo regime desde o início. Adicionalmente, informou o mercado da intenção de dar cumprimento às orientações que foram divulgadas pela EIOPA, para preparar a aplicação daquele regime, no contexto da chamada "Fase de Preparação". Uma preparação atempada é benéfica para todas as partes e o ISP tem procurado manter um diálogo com as empresas de seguros nacionais nesse sentido. Também foi apresentado ao Governo um projecto de transposição da directiva que define os princípios gerais do novo regime – projecto entretanto alterado, resultado da aprovação da directiva Omnibus II, que introduz alterações importantes.

Quais os principais desafios que as seguradoras portuguesas enfrentam no sentido de se prepararem para cumprir o reforço de exigência que o Solvência II representa?

O ISP tem consciência que o impacto em termos de recursos – humanos, financeiros e tecnológicos – é significativo e que a crise financeira trouxe outras preocupações que careceram de uma intervenção mais imediata. Também as várias derrapagens no calendário prejudicaram o 'momentum' e o grau de empenho de uma primeira fase. Mas agora é fundamental que as empresas se dediquem à definição de um calendário rigoroso e abrangente para identificar e planear as actividades a concretizar até Janeiro de 2016. Em termos de desafios, destacaria a autoavaliação

do risco e da solvência (o ORSA), cuja implementação tem sido identificada como uma das principais preocupações das empresas.

Qual o ponto de situação das seguradoras portuguesas relativamente à preparação para cada um dos três pilares do Solvência II?

No que diz respeito ao primeiro pilar, desde 2008 que o ISP exige às empresas de seguros o cálculo e reporte das provisões técnicas com base em princípios económicos em linha com o novo regime. Por outro lado, verificou-se uma participação massiva do mercado português quer nos estudos de impacto quantitativo realizados a nível europeu, quer nos realizados pelo ISP. Em relação ao segundo pilar, a grande maioria do trabalho já está feita, uma vez que as principais características do sistema de governação em ambiente Solvência II coincidem com os princípios aplicáveis aos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno divulgados pelo ISP em 2004. No contexto do segundo pilar, surge também o ORSA, uma das principais novidades do novo regime, que irá ajudar a estabelecer a relação entre as decisões de gestão e o consumo de capital associado. O terceiro pilar exigirá um esforço mais intensivo, no imediato, em termos de recursos. Há que preparar os sistemas de informação para recolher a informação e reportá-la, sendo que o reporte será efectuado com um formato novo (XBRL), o que representa um desafio adicional, e que o primeiro reporte deverá ocorrer já em 2015. Com as iniciativas planeadas para os próximos meses, acreditamos que a 1 de Janeiro de 2016 as empresas de seguros nacionais estarão preparadas para cumprir o Solvência II.

Quais os benefícios, para seguradoras e clientes, do incremento de exigência que o Solvência II representa?

O principal objectivo é a protecção dos tomadores de seguros e beneficiários. Para o concretizar, é preconizada a convergência de práticas entre supervisores e empresas, é promovida uma cultura de gestão de riscos que esteja presente nas várias funções da empresa e é requerida uma maior transparência e disciplina de mercado. Ao promover a convergência das práticas, facilita-se o mercado único de seguros e a supervisão de grupos de seguros com presença no Espaço Económico Europeu (EEE). O novo regime irá fomentar a competitividade e, consequentemente, a capacidade de inovação, o que é benéfico para todas as partes.

Que implicações terá a implementação do novo regime nas seguradoras e no mercado segurador português?

Que movimentações antecipa?

Deverá assistir-se à disponibilização de novas tipologias de produtos de seguros e a alterações na composição das estruturas de produtos, para estabelecer uma ligação mais directa entre o risco assumido e o consumo de capital associado. Por outro lado, é natural que se verifiquem alguns movimentos de concentração no mercado, designadamente com o intuito de aproveitar eventuais sinergias.

Que iniciativas estão previstas, por parte do ISP, para ajudar o sector a enfrentar os desafios que se apresentam?

No dia 21 de Abril, o ISP lançou um novo estudo de impacto quantitativo de âmbito nacional, o QIS-2014, para testar e consolidar os processos de cálculo subjacentes ao regime Solvência II. Adicionalmente, os respectivos 'templates' de reporte terão por base aqueles que foram preparados pela EIOPA no contexto da Fase de Preparação, o que irá permitir testá-los. Prevemos, ainda este ano, concretizar iniciativas como a autoavaliação prospectiva dos riscos, nome que foi atribuído ao ORSA na Fase de Preparação, ainda que a principal diferença seja o facto de, durante este período, ser proposta uma implementação faseada. O ISP está preparado para manter uma estreita ligação com as empresas de seguros ao longo de todo o processo de preparação, bem como posteriormente.